



**Santa Casa
da Misericórdia**

Ao serviço da comunidade

Sobral
de Monte
Agraço

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO

ANO
2023

Santa Casa da Misericórdia do Sobral de Monte Agraço

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA (1/2024)

Nos termos da alínea b), do nº 2, do Art.º 22º do Compromisso, convoco uma Assembleia Geral Ordinária da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço.

Para o bom andamento dos trabalhos, a Assembleia Geral decorrerá nas instalações do edifício sede, sito no Alto dos Fetais, Sobral de Monte Agraço, no dia 27 de março de 2024, quarta-feira, a partir das 19:30 horas e terá a seguinte

Ordem de Trabalhos

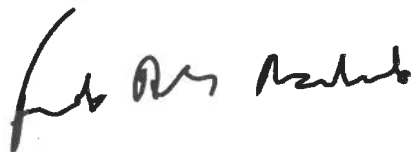
Ponto um – Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas relativos ao exercício de 2023.

Ponto dois – Diversos.

Nos termos do n.1 do artigo 24º do Compromisso, a assembleia efetuar-se-á à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos irmãos com direito a voto, ou 30 minutos depois com os irmãos presentes.

Sobral de Monte Agraço, 1 de março de 2024.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Fernando Eduardo da Cunha e Lorena Alves Machado)



**ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL
DE MONTE AGRAÇO, ELEITOS NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2021**

QUADRIÉNIO 2022/2025

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Fernando Eduardo da Cunha e Lorena Alves Machado, Presidente

João Manuel Lopes Biencard Cruz, Vice-Presidente

Fernando José dos Prazeres Correia, Secretário

MESA ADMINISTRATIVA:

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres, Provedor

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio, Vice-Provedor

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz, Secretária

Jorge Miguel Maurício Correia, Tesoureiro

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos, Vogal

Norberto Augusto Seixas, Suplente

Amílcar Leitão da Silva, Suplente

Joaquim Abel Amado Miranda, Suplente

DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL:

Francisco José Machado Nogueira, Presidente

Joana Botelho Correia, Vice-Presidente

António Manuel Teixeira Figueiredo, Secretário

Maria Emília Ferreira Lima, Suplente

Susana Maria Santos Correia Marques Bernardes, Suplente

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques, Suplente



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO** (a Instituição), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.570.122 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.560.206 euros, incluindo um resultado líquido 6.582 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2024

Carrilho & Associados, SROC, LDA

(n.º 349 e registada na CMVM com o n.º 20220015)

Representada por,



Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

ROC n.º 1558 e registado na CMVM com o n.º 20161168



PARECER DO CONSELHO FISCAL

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Para cumprimento das obrigações legais e do Compromisso da Irmandade, designadamente quanto ao seu artigo 31º, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço, CRL, vem apresentar a V. Exas o seu parecer.

NOTA PRÉVIA

A escalada de conflitos bélicos – Europa e mais recentemente no Médio Oriente, marcam e condicionam as relações entre os países, fazendo ressurgir o clima de guerra fria e tensões económico-financeiras.

Em Portugal a crise política provocada pela queda do governo de maioria socialista marcou a agenda no final de 2023.

ÂMBITO

Apreciámos o relatório de gestão, elaborado pela Mesa Administrativa, que detalha de forma clara as contas da Instituição, bem como a estratégia para a obtenção de novas receitas, com o objetivo final de “atender a todos” e melhorar as condições dos residentes, através de valências que vão além das obrigações básicas.

Analisámos as contas, expressas nas demonstrações financeiras – Balanço, Demonstração de Resultados e respectivo anexo, elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL).

Desta análise destacamos os seguintes pontos:

- Uma redução de quase 60 mil euros na conta da energia, fruto essencialmente do projeto de eficiência energética. Em contrapartida verifica-se um crescimento dos gastos de financiamento (mais que duplicaram!), fruto da conjuntura económica global.



- Um crescimento dos apoios sociais em 7,7% repondo de alguma forma o crescimento da inflação e dos juros.
- Em termos financeiros, o passivo mantém a trajetória de diminuição, fruto da redução do passivo bancário e das dívidas a fornecedores. Esta redução do passivo melhora o equilíbrio financeiro da Instituição, traduzindo-se em quase 61% no rácio da autonomia financeira.

Apreciamos a Certificação Legal de Contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas *Carrilho & Associados, SROC, SA*, que não apresenta qualquer referência adversa às contas, traduzidas nas Demonstrações Financeiras.

Analisámos também a proposta de aplicação de resultados que se traduz num reforço dos capitais próprios da Instituição.

Assim, o Conselho Fiscal no uso dos poderes que lhe foram conferidos, vem emitir e submeter à Assembleia-Geral o seguinte parecer:

PARECER

- 1º. Que a Assembleia Geral aprove o Relatório, Balanço e restantes Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023;
- 2º. Que a Assembleia Geral aprove a proposta de aplicação de resultados.

Sobral de Monte Agraço, 22 de Março de 2024

O CONSELHO FISCAL

Francisco José Machado Nogueira

Francisco José Machado Nogueira (Presidente)

Joana Botelho Correia

Joana Botelho Correia (Vice-Presidente)



**Santa Casa
da Misericórdia**

Ao serviço da comunidade

Sobral
de Monte
Agraço

Antonio Manuel SB Teixeira de Figueiredo

Antonio Manuel Teixeira Figueiredo (Secretário)

Maria Emília Ferreira Lima

Maria Emília Ferreira Lima (1º Suplente)

Susana Maria Santos Correia Marques Bernardes (2º Suplente)

Susana Bernardes

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques (3º Suplente)

Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques



LA
Liliana
M...
Sofia Santos
A

Relatório de Gestão 2023

1. Nota Prévia

Este relatório é elaborado pela Mesa Administrativa que tomou posse em 31 de Janeiro de 2022 para assunção de funções no quadriénio 2022-2025.

2. Introdução

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, nomeadamente a alínea e) do artigo 27º do Compromisso, a Mesa Administrativa elaborou o relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2023, que vem submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral, nos termos da alínea c) do artigo 21º do mesmo Compromisso

3. Enquadramento Geral

Situação mundial fortemente marcada pela continuação da guerra na Ucrânia e já no último trimestre em Israel. Em Portugal, resultado das políticas do BCE e locais a inflação regrediu dos 7,8% de 2022 para 4,3%. Em consequência, as taxas de juro mantiveram-se elevadas. Os preços da energia caíram e a pressão setorial da Economia Social resultou em aumento importante de prestações sociais.

4. Sumário Executivo do Ano

Começamos pelo fim: o resultado económico é uma vez mais positivo. O que sendo sempre de assinalar, ganha ainda maior relevância no contexto de uma atividade de carácter social onde o *mínus* da Gestão não reside na maximização do benefício, mas antes na primazia do atender todos os que nos procuram independentemente do benefício que possam trazer.

Aliás, vamos bastante mais além daquilo que seriam as nossas estritas obrigações no cumprimento dos Acordos com o ISS; prestamos cuidados médicos primários que supostamente deveria ser assegurado pelo Centro de Saúde local; prestamos serviços de Neurologia, Psicologia, Nutricionismo e Fisioterapia, tudo valências, não obrigatórias de serem prestadas. E, já dentro das nossas obrigações, oferecemos serviços de 1ª linha em atividades de Animação, estas últimas com uma presença e dinâmica notáveis.

Estar à altura deste dever é saber gerir os recursos de tal modo eficientemente que apesar da atividade principal – prestação de serviços de Lar – ser deficitária, ainda assim ser possível alcançar um excedente de exploração. E não se trata de “milagre” algum, apenas de competência, de trabalho sério e constante e alguma imaginação.

Finalmente, alcançar um excedente de exploração permite à Gestão premiar os funcionários pela sua inestimável colaboração e dedicação à causa. Por isso e já desde 2019 temos distribuído um prémio anual que é também um mecanismo de compensação das remunerações *contidas* que realisticamente podemos oferecer.

O quadro abaixo representa uma Demonstração de Resultados não na ótica do Plano Oficial de Contabilidade (POC) mas antes adaptada a uma leitura mais próxima de nossa realidade e por isso muito mais útil e compreensível.



L. M. Kellek
Sigfrido Simões Jr

DR	2023	2022	2021	23 v 22
RECEITAS	€ 1 921 156	€ 1 774 251	€ 1 728 899	8,3%
Prestação Serviços	€ 1 026 256	€ 948 870	€ 874 571	8,2%
Apoios Públicos	€ 761 701	€ 707 269	€ 688 569	7,7%
Particulares, Empresas, Instituições	€ 61 563	€ 32 812	€ 30 055	87,6%
Outros Rendimentos	€ 71 636	€ 85 300	€ 135 704	-16,0%
GASTOS	€ 1 914 574	€ 1 773 145	€ 1 711 144	8,0%
Alimentação (só géneros)	€ 204 726	€ 164 954	€ 139 357	24,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	€ 320 883	€ 346 186	€ 343 916	-7,3%
Pessoal	€ 1 210 911	€ 1 126 915	€ 1 058 183	7,5%
Outros Gastos	€ 7 741	€ 6 695	€ 26 882	15,6%
Juros	€ 33 136	€ 15 128	€ 20 719	119,0%
Amortizações	€ 137 177	€ 113 267	€ 122 087	21,1%
RESULTADO	€ 6 582	€ 1 106	€ 17 755	

E o que nos contam estes números?

Nas Receitas:

1. **A Prestação de Serviços** – isto é, as Vendas – cresceram 8,2% e isso explica-se principalmente pelo aumento de frequência média de vagas privadas (19 em 2023 v 16 em 2022) e pelo aumento da receita média por residente.
2. **Os Apoios Públicos (ISS e IEFP)** cresceram 7,7%, bem mais do que no ano anterior. Esse crescimento reflete o maior aumento dos últimos anos das participações sociais, ainda assim, longe de garantirem os 50% do custo por residente, conforme compromisso do Estado.
3. **Os Particulares, Empresas e Instituições** transferiram quase mais 90% do que no ano passado, um crescimento enorme e principalmente alavancado na campanha de “reforço de marca”.
4. **Os Outros Rendimentos** desceram 16% e isso deve-se ao facto de contrariamente a 2022, não terem em 2023 existido maiores valias de vendas de propriedades.

Nos Gastos:

1. **Alimentar** grosso modo o mesmo número de pessoas, saiu 24,1% mais caro. E isto apesar de cerrado controlo sobre esta área. Não ajudou o resultado (penalizador) de experiência de externalização no último trimestre do ano, entretanto abandonada na sua extensão inicial. A não ter sido feita essa externalização o aumento teria sido 16%, isto é, o efeito isolado da inflação dos preços dos géneros alimentícios. Para memória: servimos diariamente 414 refeições, custando cada uma (só géneros) € 1,60.
2. **Os Fornecimentos e Serviços Externos** caíram 7,3%; muito bom resultado por duas razões: (1) o nível de atividade não foi menor (2) não deixámos de fazer nada que precisássemos. É nesta conta que caem todas as compras (exceto de alimentação), incluindo os gastos resultantes da nossa agenda “transformadora”, como sejam: contratação de serviços não obrigatórios por lei para bem-estar dos residentes (neurologia, psicologia, nutricionismo), externalização de serviços profissionais



*L.M.
Sobral de Monte Agraço
Sofia Santos*

(contabilidade, auditoria, RH, IT), campanha de marketing “reforço de marca”, estudo de viabilidade económica da ampliação do Lar, etc.

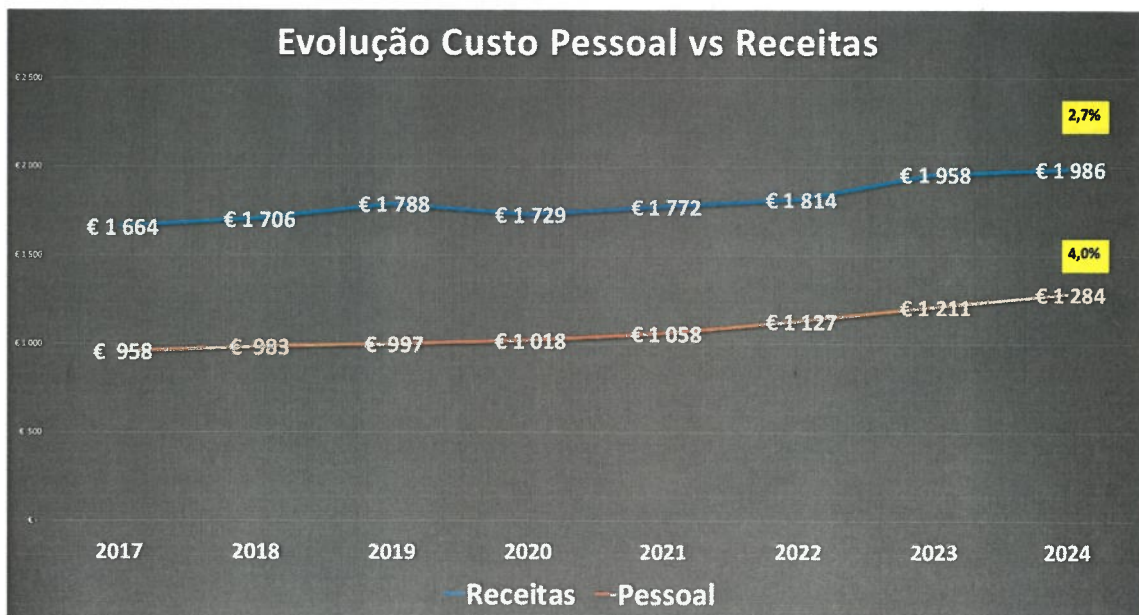
Reduzimos 42% a nossa conta de Energia & Aquecimento, isto é, menos € 55.000 face a 2022, efeito conjugado da queda de preços e das poupanças pelo investimento nos painéis fotovoltaicos e caldeira a pellets.

3. **A conta Pessoal** cresceu 7,5%. Dentro do expectável e apenas 1,2% desviado do orçamentado. Até porque 40% da força laboral aufero o SMN e esse aumentou quase 8%. Além disso ter uma equipa estável, motivada e um ambiente social tranquilo tem um “preço” que passa por aumentos regulares e distribuição de prémios anuais.
4. **Os juros** cresceram o dobro, mais € 18.008! Apesar de continuarmos a reduzir o endividamento, ainda devemos muito e o aumento da taxa EURIBOR 6 meses, de 2,560% para 4,065% (médias anuais) foi muito penalizador.
5. **O custo das Amortizações** cresce, porque cresce o investimento. Trata-se, pois, de um crescimento “virtuoso”. Desde 2018 (início do 1º mandato desta Direção) investiu-se € 457 mil, onde no último ano € 93 mil. O projeto de Eficiência Energética - € 180 mil – absorveu a “parte de leão”.

Mas em conclusão (e sem surpresa): os custos com o Pessoal são os que mais pesam. E por isso é legítimo perguntar: são muito elevados?

Em termos absolutos, sim. € 1.210.911 é muito dinheiro. Em termos relativos, não. Porque adequados à nossa realidade quer em quantidade (efetivo médio de 70 pessoas, um pouco abaixo das 73 de *efetivo ótimo*) quer em valor (VB médio € 1.100 dentro da média nacional e, não esquecer, 40% do efetivo recebe SMN).

O gráfico abaixo demonstra historicamente a sua evolução e relaciona-os com a evolução da Receita total.



Da sua leitura conclui-se que os custos com pessoal crescem mais rápido do que as receitas; se nada fosse feito, a degradação do resultado seria inevitável. Uma vez que é certo que esses custos vão continuar a crescer, então o “remédio” passa pelas receitas crescerem mais, diminuindo assim o gap.

E de que ferramentas dispomos para aumentar as receitas?

Via receitas correntes e não correntes (ou extraordinárias). Começemos por estas.

Em 2023 apostámos numa campanha a 3 (três) anos de “reforço de marca” com o objetivo declarado de “virar a mesa” naquilo que tem sido o nosso historial de capacidade de angariar donativos junto de particulares, empresas e instituições.

Desenvolvemos iniciativas várias: lançamento do Mealheiro Solidário, Road Show junto das empresas do Concelho, o jantar Solidário, a Festa da Primavera, a Venda de Natal. Tudo isto “embrulhado” numa comunicação mais assertiva, exemplos da continuada renovação do website, de uma presença constante e dinâmica no Facebook e finalmente com Muppies na Vila do Sobral chamando a atenção para o valor e importância do nosso trabalho.

O resultado do 1º ano desta campanha premeia essa aposta, mais do que dobrando a receita em Donativos (tudo compreendido: em dinheiro, em atividades e via consignação do IRS), conforme quadro abaixo.

Receitas	2019	2020	2021	2022	2023	2024
donativos €€€	€ 2 582	€ 2 411	€ 1 729	€ 6 910	€ 16 089	€ 19 120
atividades	€ 5 928	€ 723	€ -	€ -	€ 14 583	€ 15 000
consignação IRS	€ 2 865	€ 5 992	€ 8 775	€ 10 123	€ 8 773	€ 10 123
	€ 11 375	€ 9 126	€ 10 504	€ 17 033	€ 39 446	€ 44 243

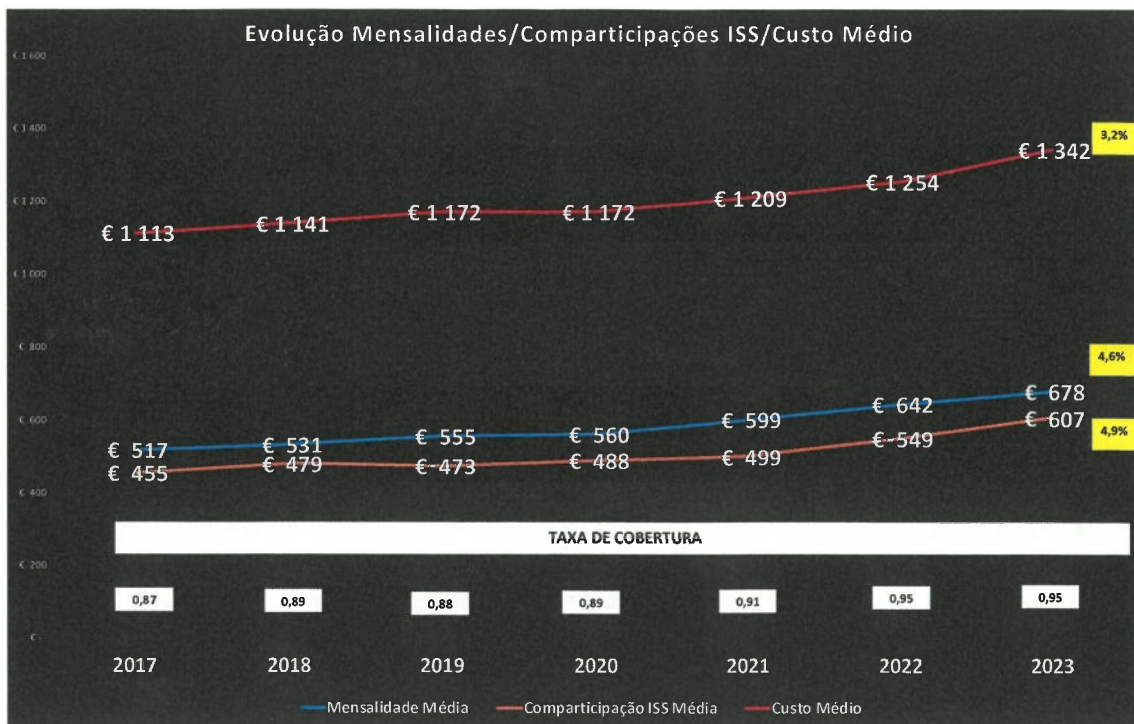
Nas receitas correntes, a nossa prova de vida passa pelo efeito conjugado do aumento das mensalidades, do controlo do custo médio por residente e aumento das participações do ISS.

O gráfico seguinte demonstra a evolução dessas três variáveis nas Respostas Sociais dos Lares com Acordo com ISS.

É animador verificar que nos últimos 7 (sete) anos as receitas (mensalidades + participações) tem vindo a crescer a um ritmo superior ao custo de manter as vagas.



LA
John
14/2
Sobral de Monte Agraço
R



Este gráfico demonstra também o persistente défice da nossa atividade principal: prestar serviço de alojamento (Lar), conforme taxas de cobertura abaixo de 1 (um).

Por isso, insistimos, somos prisioneiros do nosso modelo de negócio: porque colocamos na linha da frente o nosso firme compromisso de “não deixar ninguém à porta”, mas ao fazê-lo colocamo-nos em difícil situação do ponto de vista económico-financeiro.

Convém também lembrar a evolução do Serviço da Dívida, pelo impacto económico-financeiro que representa.

SERVIÇO DA DÍVIDA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
amortizações capital	114 853	118 679	107 450	94 604	101 979	52 684	47 736	107 656	160 820
juros	29 401	27 808	31 840	32 551	27 287	27 580	20 719	15 128	33 136
Total Anual	144 254	146 487	139 290	127 155	129 266	80 264	68 455	122 784	193 956
mês	12 021	12 207	11 608	10 596	10 772	6 689	5 705	10 232	16 163

Tem sido realizado um esforço titânico para reduzir o endividamento bancário.

Reportando, uma vez mais, ao 1º ano de mandato desta Direção verifica-se que se amortizou € 566 mil e pagaram-se juros € 156 mil. Portanto, saídas de Tesouraria por um total de € 722 mil.

Imagine-se um futuro, já não assim tão distante, onde essas quantias estejam ao dispor para desenvolvimento da atividade!



A Tesouraria da Instituição mantém-se saudável, apesar de ser ter degradado ao longo de 2023. Iniciámos o ano com € 227 mil em Caixa e equivalentes e terminámos com € 114 mil.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício de 2023 apresenta um resultado líquido positivo de € 6.581,87 (seis mil quinhentos e oitenta e um euros e oitenta e sete cêntimos) o qual se propõe seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O resultado acima é já descontado do prémio de € 17.500 (mais encargos sociais) decidido para redistribuição pela nossa Equipa.

6. Conclusão

Proseguimos o nosso caminho, responsabilmente otimistas. Temos as ferramentas de gestão necessárias e sabemos usá-las, temos a informação do contexto, conhecemos o setor e acima de tudo temos uma Equipa que de ano para ano se reforça nas suas competências.

Agradecemos a todos que nos acompanham nesta jornada. Juntos, o caminho faz-se mais fácil.

A Mesa Administrativa

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres

Luis Carlos Almeida Braga Pinheiro Torres, provedor

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio

Francisco José Ribeiro Amaral Luízio, vice-provedor

Jorge Miguel Maurício Correia

Jorge Miguel Maurício Correia, tesoureiro

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz

Maria Madalena Clímaco Reis Catarino Biencard Cruz, secretária-geral

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos

Sofia Maria Correia da Silva Meireles Santos, vogal

Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 291 062,14	2 334 933,85
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		17 501,86	16 604,31
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 308 564,00	2 351 538,16
Ativo corrente			
Inventários	6	31 701,72	28 703,84
Créditos a receber	7	89 072,36	80 298,79
Estado e outros Entes Públicos	13	4 991,87	6 353,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	8	4 429,33	4 862,46
Outros ativos correntes	9	17 224,00	72 510,24
Caixa e depósitos bancários	4	114 139,19	227 425,91
		261 558,47	420 154,72
Total do Ativo		2 570 122,47	2 771 692,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	148 922,83	148 922,83
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	10	1 075 110,06	1 074 003,46
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15	329 591,31	335 414,68
Resultado líquido do período		6 581,87	1 106,60
Total dos fundos patrimoniais		1 560 206,07	1 559 447,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	462 464,46	621 370,15
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		462 464,46	621 370,15
Passivo corrente			
Fornecedores	12	85 540,32	103 773,84
Estado e outros Entes Públicos	13	27 698,41	23 923,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	162 416,68	164 332,92
Diferimentos		18 617,52	45 368,58
Outros passivos correntes	12	253 179,01	253 475,89
		547 451,94	590 875,16
Total do passivo		1 009 916,40	1 212 245,31
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 570 122,47	2 771 692,88

A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]
 N.ª P. B. C. A. -
 Sofia Helena Santos
 30/12/2023

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 cc n.º 59753

Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

Contribuinte: 501091718

Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2023	31-12-2022
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		1 187 343,92	1 050 773,46
Pagamentos a Fornecedores		-567 478,03	-560 797,53
Pagamentos ao Pessoal		-754 102,40	-674 532,43
Caixa geradas pelas operações		-134 236,51	-184 556,50
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		252 813,29	335 051,88
Fluxos das actividades operacionais (1)		118 576,78	150 495,38
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-77 166,65	-200 713,34
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		-15 822,72	-4 782,24
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		5 000,00	27 500,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		49 740,47	20 000,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-38 248,90	-157 995,58
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		333,58	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-160 811,93	-107 655,62
Juros e gastos similares		-33 136,25	-15 127,58
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-193 614,60	-122 783,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-113 286,72	-130 283,40
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período (01/01/N)		227 425,91	357 709,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período		114 139,19	227 425,91

A Mesa Administrativa

Luis Carlos B. ...
João ...
M. B. ...
Sofia ...
...

Contabilista Certificado

Miguel C. ...
CC n.º 59753

